

UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO SISTEMA EDUCACIONAL COM BASE EM TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS ENTRE 2012-2018

Manoel Lucas Bezerra de Lima (1); Jailson Rodrigues de Oliveira (2); Josivan Barbosa de Farias (3)

(Universidade Federal de Pernambuco, manoel.lucas88@gmail.com¹; Universidade Federal de Pernambuco, jailsonr16@hotmail.com²; Universidade Federal de Pernambuco, jbfarias22.jb@gmail.com³)

Resumo: A priori traçamos um pouco das contribuições de alguns livros, onde contamos um pouco da história da educação especial no sistema educacional e, em seguida especialmente da pessoa surda nesse âmbito. De fato, a pessoa com deficiência auditiva vem gradativamente ganhando mais espaço na sociedade, porém ao que tudo indica, a interação e relações familiares, relação entre professor-aluno e de modo geral quando se trata do processo de ensino-aprendizagem essa inclusão está longe do seu ideal. É objetivo desse artigo investigar qual o *status* do processo de inclusão da pessoa com deficiência auditiva no Sistema Educacional? Como objetivos específicos buscamos investigar qual as contribuições dos docentes perante a inclusão da pessoa com deficiência auditiva e se o que é proposto pela legislação a respeito da inclusão da pessoa com deficiência auditiva está sendo praticado de forma eficiente no Sistema Educacional. Para isto, investigamos os trabalhos científicos publicados nos últimos seis anos.

Palavras-chave: Alunos surdos, educação inclusiva, linguagem de sinais, sistema educacional.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a Educação Especial tem se voltado em prol de buscar novas formas de educação escolar com base em cada vez menos segregação a respeito da absorção desses educandos pelos sistemas de ensino. Essa ocorrência é consequência do aparecimento de novas demandas e expectativas sociais, ligadas ao avanço das ciências e tecnologias (RODRIGUES, 2006, p. 16).

Porém, os fatores culturais, como em especial as culturas meritocráticas e sistema competitivo (que tem o objetivo de justificar os mais aptos e a exclusão de outros menos aptos com base em critérios não objetivos) desenvolvidos pelas sociedades acabam nos conduzindo a defender que a diferença é perigosa e, por tanto, esses e outros motivos acabam fazendo com que muitas pessoas se sintam afastadas e discriminadas perante o acesso aquilo que elas tem direito: os bens fundamentais da sociedade, tornando a exclusão, uma ameaça terrível (RODRIGUES, 2006, p. 09).

Em pleno início do século XXI pelo fato da exclusão ter se alastrado como uma crise epidêmica, aterrorizante, contagiante e de difícil cura, acaba se tornando preocupante para todos. E pelo fato de ter sido disseminada com tanta facilidade, demonstrado grande

vitalidade e dinâmica, ela tem sido tratada como uma grave e séria ameaça a desenvoltura das sociedades, se tornando o foco a ser erradicado (RODRIGUES, 2006, p. 16).

Rodrigues (2006, p. 11) contribui ainda que os programas de combate a exclusão são desenvolvidos com base na promoção do conceito contrário a este, de inclusão e infelizmente, só sabemos o que a inclusão é quando relacionado ao seu conceito oposto, de exclusão.

E quando levamos em conta as contribuições de Amaral et al. (2014):

“Embora muitos conheçam o conceito de Inclusão, o processo pode ser muito difícil. Entender as políticas públicas e as leis que permeiam esta trajetória envolve esforço e habilidades, pois perpassa pela modernização e reestruturação de muitas condições existentes na maioria das escolas. Enfrentamos muitos obstáculos para mudar as condições excludentes de ensino e aprendizagem. É um grande desafio encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma matriz arcaica de concepção escolar; daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente. Percebemos que as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças desenvolvem projetos educacionais inclusivos e o ensino que ministram difere do proposto, para atender às peculiaridades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma.” (AMARAL et al., 2014).

Mas o fenômeno de inclusão escolar maciço e, de certa maneira imposto de alunos com deficiência no sistema educacional público brasileiro ocorreu de fato a partir da década de 1990. Mesmo assim, não deve ser levado em conta pela perspectiva do mero reprodutivíssimo e muito menos deve-se culpabilizar os docentes e/ou escola comum a toda responsabilidade pela situação apresentada (BEZERRA, 2017).

Somente a partir desta década de 90 que a educação inclusiva chegou a ser reconhecida como diretriz educacional prioritária no Brasil e em diversos outros países. A qualificação de todas as crianças e jovens quanto aos conteúdos, conceitos, valores e experiências transformados em pleno processo de ensino-aprendizagem é de responsabilidade do governo e dos sistemas escolares e tudo isso configura a política de Educação Inclusiva (RODRIGUES, 2006, p. 16).

E antes que possamos falar da inclusão da pessoa surda no Sistema Educacional é importante considerarmos que: “[...] o indivíduo surdo não é apenas alguém que não possui audição, e sim, é alguém que possui particularidades diferentes ao desenvolver formas de organização de acordo com suas capacidades visuais gestuais [...]” (POZZER, 2015).

A partir daí quanto a questão das propostas de educação inclusiva para surdos no Brasil e especificamente com base no capítulo 2 da coleção UAB-UFSCar (Universidade Aberta do Brasil - Universidade Federal de São Carlos) de Góes et al. (2011):

“As propostas de educação para surdos no Brasil sofreram mudanças devido a questões educativas e políticas que tiveram início no contexto das discussões da Educação Especial, com objetivo de atender alunos diferentes, tendo assim uma educação especializada e clínica. Depois, em meados das décadas de 1960 e 1970, adotou-se uma Educação Integradora em que os deficientes tinham o direito de serem incluídos com os demais alunos.” (GÓES et al., 2011).

De acordo com o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando o acesso à escola aos estudantes surdos, defende sobre a inclusão da LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras (surdo e ouvinte), instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue ensino regular (BRASIL, 2002).

Sem contar que ainda segundo o artigo 23 dessa Lei nº 10.436/2002 as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula (BRASIL, 2002).

Na prática vemos o quão a inclusão de pessoas com deficiência auditiva está longe do ideal e a educação dos surdos tem sofrido inúmeras conturbações, uma vez que:

“A história da educação de surdos foi de extrema importância para evolução da libras e do desenvolvimento dos alunos com surdez, onde no início da história, os surdos não eram reconhecidos como seres pensantes, onde os mesmos eram tratados como “anomalia” ou retardados mentais simplesmente por não conseguirem se comunicar pela forma oral. Com muitos estudos feitos gradativamente, foi possível desenvolver uma forma de todos os surdos se comunicarem e assim sendo possível a alfabetização dos mesmos.” (CARVALHO, 2017).

Diante da exposição dos fatos sobre a inserção da educação especial no sistema escolar, os fatores subjetivos na sociedade que acaba por afastar e discriminar as pessoas com deficiência, a falta de investimento na política de inclusão, a falta de formação dos professores, promovendo assim a exclusão e o acesso escasso da pessoa com deficiência aos seus direitos (em especial a pessoa com deficiência auditiva) e por fim, de modo geral, tendo em vista a tardia, falha e devagar educação inclusiva dos surdos no Sistema Educacional objetivamos a investigar um pouco mais neste artigo sobre qual o *status* do processo de inclusão da pessoa com deficiência auditiva no Sistema Educacional? Como objetivos específicos, buscamos investigar quais as contribuições dos docentes perante a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no Sistema Educacional e se o que é proposto pela legislação a respeito da inclusão da pessoa com deficiência auditiva no Sistema Educacional está sendo praticado de forma eficiente.

METODOLOGIA

Esta se trata de uma pesquisa qualitativa, por tanto é de suma importância ressaltar que uma das necessidades para a realização da pesquisa qualitativa é de esclarecer melhor a questão da indicação (FLICK, 2009, p. 357). Para tais investigações buscaremos fazer uma revisão, seleção e análise de trabalhos científicos publicados nos seis últimos anos a respeito da temática em questão, sejam eles: de eventos locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, de resumos simples, expandidos, monografias, dissertações, teses, trabalhos completos publicados em anais de eventos e de preferência aqueles publicados em periódicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO SISTEMA EDUCACIONAL

Apesar de ser uma corrente bastante vigente, a inclusão é uma realidade que está acontecendo de forma gradativa e lenta e os professores em sua maioria ainda não estão preparados para enfrentar as diversidades que se deparam em seu cotidiano, uma vez que estão desprovidos de respaldo e qualificação adequada para desempenhar o seus papéis nesta perspectiva (ausência de formação continuada, na LIBRAS e de metodologias diferenciadas essenciais para a inclusão do aluno surdo) levando em conta as competências individuais de cada aluno, defasando assim a qualidade da educação (MARQUETI, 2013).

Encontramos professores sem a formação continuada necessária para atuar com os alunos surdos em um momento de avanços na tecnologia, reorganização das práticas pedagógicas e de busca sobre a sua identidade (visto que a formação continuada permite ao profissional uma construção e reconstrução de sua identidade a partir do contato com outros profissionais em sua prática docente) (MICHELS & WELTER, 2014; LINO, 2015).

Sem contar que há uma tentativa dos professores em oralizar os alunos, uma vez que na maioria das vezes o método utilizado pelos mesmos é o oral, de frente pra o aluno e falando devagar. E na pesquisa de Marqueti (2013) os tutores tanto quanto os professores não conhecem a linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Brito (2013) pontua que os professores devem estar conscientes de sua importância e da função que os mesmos desempenham no âmbito escolar a respeito do aluno surdo, uma vez que a escola ainda segura o *status* como um ambiente discriminador de idade e capacidade.

Não se processa as interações e relações familiares, impossibilitando um processo de ensino-aprendizagem ineficaz.

Carvalho & Silva (2014) em sua pesquisa sobre a Educação Inclusiva para Surdos conclui que a escola como uma prévia de uma sociedade vindoura para os jovens (crianças e adolescentes) mantém por anos surdos em contato apenas outros surdos e quando esses chegam no ensino superior e mercado de trabalho, acabam por confrontar com realidades nunca vivenciadas antes, como o convívio com ouvintes no ambiente educacional e profissional, sendo assim um malefício para o desenvolvimento desses alunos surdos.

No seio da educação inclusiva para surdos o problema é que quando se trata de objetivos cognitivos, emocionais e sociais, nem sempre são alcançados contribuições e resultados satisfatórios para esses educandos (CARVALHO & SILVA, 2014).

De acordo com a pesquisa de Cruz et al., (2016) ainda existe limitações com relação a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no âmbito escolar perante a organização dos recursos e aspectos utilizados na pesquisa diante de práticas profissionais.

Almeida (2012) contribui que há uma falta de preparo por parte dos professores do curso de pedagogia para tornar possível as políticas inclusivas, além de que quando se trata da disciplina de LIBRAS, é preciso que haja formação de professores para desconstruir a ideia de que é simplesmente uma disciplina imposta pela Lei, onde não há uma análise mais ampla do programa da disciplina. E Machado (2016) diz que a situação ainda é mais crítica vez que os professores não conhecem e nem dominam a LIBRAS e quando se trata da situação de intérprete na sala de aula há uma carência enorme, restando a escola tentar contornar o problema da falta de intérprete, remanejando assim intérpretes de outras turmas com surdo.

Na dissertação de Soares (2013) sobre o tema Educação bilingue de surdos: desafios para a formação de professores vemos que os profissionais de licenciatura em pedagogia e Letra das IES - Instituições de Educação privadas e públicas de Ensino Superior deveriam considerar de fato a língua portuguesa-por-escrito ser reconhecida como a segunda língua dos surdos, sendo a LIBRAS, a sua primeira língua.

Há uma promoção para a formação de professores que atenderão aos surdos na perspectiva de educação bilingue, assim como também há uma ideia consolidada por parte de vários autores: “(QUADROS; KARNOPP, 2004; BEHARES, 1997; BEHARES; PELUSO, 1997, SKILIAR, 1999^a, SACKS, 2002; SÁNCHEZ, 1990, dentre outros)”, que pensa o surdo como bilíngue, mesmo que seja com os surdos que não se comunicam com a Língua portuguesa-por-escrito e são eficientes em LIBRAS (SOARES, 2013).

A respeito da formação acadêmica de professores de uma escola da rede estadual de Londrina, a tese de Lino (2015) contribui que há somente duas professoras com especialização em educação especial (uma em curso, e as demais, sem conhecimento sobre educação especial/diretrizes que norteiam a inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede regular de ensino).

Os professores não conhecem a subjetividade de cada aluno dentro do processo de Ensino-aprendizagem, levando em conta as divergências existentes entre a cultura surda e ouvinte, assim como a pluralidade de identidade envolvendo a comunidade surda (LINO, 2015). Muttão & Lodi (2018) aponta que a formação inicial para professores não tem sido suficiente para atender a comunidade surda, agravando a situação de não atender a diversidade constitutiva das escolas brasileiras, vez que caracteriza uma língua não compartilhada entre professor e alunos e entre os demais alunos, como sendo este o caso dos alunos surdos.

Muttão & Lodi (2018) nos apresenta também que boa parte dos pesquisadores defendem uma educação em salas exclusivas para surdos, que possibilitariam uma educação em Libras e, por tanto, bilíngue.

Por tanto, ainda de acordo com Muttão & Lodi (2018) tendo em vista que há pouca transformação política na formação inicial de professores, as discussões que envolve a educação especial em cursos é escassa (voltada apenas para conhecimentos gerais dessa área) e sobre especificamente a educação de surdos acaba por ocorrer de forma delimitada na disciplina de LIBRAS (que por sinal é isolada das demais disciplinas e descontextualizadas da realidade escolar).

“O papel que esta língua tem na educação dos surdos, dos processos implicados em sua aprendizagem pelos professores, mas principalmente, de ser ela a base para se pensar práticas pedagógicas que respeitem os alunos surdos” (MUTTÃO & LODI, 2018).

Ensinar não se trata de transferir conhecimento, porém, permite aos alunos situações para que os mesmos possam reelaborar o saber dividido e permita o acesso crítico a esses saberes, construindo para a sua atuação como um ser crítico e ativo no processo históricocultural da sociedade (LINO, 2015).

Quanto a questão da legislação na prática a respeito inclusão dos surdos no Sistema educacional com base na pesquisa dissertativa de Pozzer (2015):

“O estudo sobre educação dos surdos possibilitou observar o quanto são “bonitas” todas as legislações relacionadas às pessoas com deficiência, e comparando com a

realidade da nossa sociedade só existem no papel, não possibilitando, dessa forma, a emancipação dos indivíduos.” (POZZER, 2015).

Ainda segundo as contribuições Pozzer (2015) Quanto aos principais problemas encontrados no Sistema Educacional para a pessoa com deficiência auditiva há uma falta de professores qualificados, de escolas adequadas quando a estrutura, os professores não sabem distinguir deficiência de dificuldade de aprendizado, há um medo em receber o aluno surdo, falta de relação entre a pessoa surda e os demais (que não entendem o que é a pessoa com deficiência), há discriminação por parte dos profissionais da escola, há professores com pena de alunos por serem surdos quando estes são educados com eles e há uma falta de interesse de receber o aluno com deficiência.

Como exemplo de uma IES, a IFB – Instituto Federal de Brasília através de uma pesquisa dissertativa, dos cinco professores entrevistados, nenhum conhece a LIBRAS pra uma conversação básica com surdos e dos 18 estudantes entrevistados, 2 concluíram, 3 estão em curso e 13 desistiram (NOBRE JÚNIOR, 2016).

Por fim, dando finalidade as contribuições fornecidas nessa revisão literária, finalizamos com a contribuição a seguir:

“A educação ainda não está pronta para uma educação inclusiva de qualidade para o surdo, há problemas em sua educação na escola básica e na universidade. Diante de tudo disso, é urgente uma reorganização da política de educação inclusiva para os surdos.” (MILLER JUNIOR, 2013).

CONCLUSÃO

Confirma-se pela maioria dos trabalhos aqui selecionados que há uma falta de formação inicial e continuada por parte dos professores, ocasionando uma escassez no preparo dos mesmos no Sistema educacional e, em especial, quando se trata da pessoa com deficiência auditiva, essa realidade se destaca, como Almeida (2012), Marqueti (2013), Pozzer (2015), Machado (2016) Muttão & Lodi (2018) percorreram, por tanto sem a formação necessária em LIBRAS, acaba por agravar ainda mais a situação.

Machados (2016) afirma que há uma ausência de intérpretes em LIBRAS no Sistema Educacional, fato que acaba não condizendo com o que é proposto pelo Decreto de nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que promove justamente o contrário dessa realidade.

É de uma decepção sem tamanho termos um sistema educacional onde professor ao se deparar com alunos surdos sendo educados, como resposta aos alunos esses professores

apresentam medo como Pozzer (2015) nos acrescentou a cima, ou seja, há limites na conversação dos professores com seus alunos surdos, restando ao professor não saber tratar seus alunos com deficiência auditiva de forma igualitária quando comparado com alunos sem deficiência.

É decepcionante ainda em plena atualidade nos depararmos com professores tentando oralizar alunos (frente a frente em conversação por leitura labial), ou seja, desrespeitando o fato de que boa parte dos surdos optam em falar em LIBRAS como Marqueti (2013) mesmo afirma. Necessita-se assim de uma reorganização das práticas pedagógicas desses professores.

Essa falta de formação por parte dos docentes expande a ausência de saberes intrínsecos relacionados às práticas pedagógicas e quando se trata de alunos surdos acaba desconsiderando as potencialidades dos mesmos, resultando assim como consequência em uma consideração sobre as pessoas com deficiência auditiva como um grupo sociocultural e linguístico minoritário.

Sugere-se que os professores possam auxiliar na relação entre a escola, sociedade e família, promovendo uma educação inclusiva eficiente e por tanto, a diminuição da discriminação dos surdos, podendo ver que independente de ser ou não uma pessoa com deficiência, todos são especiais pelas diferenças que possuem, como Pozzer (2015) defende nos mostra a pessoa surda como alguém que possui peculiaridades diferentes ao passo que desenvolve com a sua língua formas de organização de acordo com suas capacidades visuais gestuais.

Conclui-se também que o *status* (posicionamento, estado e até condição) em que se encontra a inclusão da pessoa com deficiência no Sistema Educacional precisa de uma repaginada, com os olhares voltados para a política de inclusão, não permitindo a fortificação automaticamente a exclusão.

Por tanto, não adianta termos Leis aparentemente bonitas no papel, mas que por outro lado, sem vigor como lembra Pozzer (2015), pois isso faz com que o sistema funcione repleto de falhas em um fluxo contínuo.

Defender a educação bilíngue para surdos como evidenciado por Muttão & Lodi (2018) com o objetivo de educar surdos em salas separadas não constitui uma tentativa de inclusão e sim de está separando os mesmos da oportunidade de aprendizagem em conjunto com os demais alunos sem deficiência.

É arruinante a forma em que a exclusão é tida como dominante no que concerne o pensamento das pessoas, ao passo que seu sentido oposto, o de inclusão é apenas conhecido

de maneira escassa, meramente delineada, onde na prática é inacessível para a pessoa com deficiência e, em especial quando se trata da pessoa com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de. **Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Estadual e Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_-_ALMEIDA_Josiane_Junia_Facundo.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

AMARAL, Marciliana Batista et al. Breve histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em juiz de fora. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, n. 16, p.01-24, jan. 2014. Jan/jul. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BEZERRA, GIOVANI FERREIRA. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 475-497, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000200475&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. de 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017226924>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRITO, Marluci de. **Inclusão do surdo na escola regular**. 2013. 41 f. TCC (Especialização) - Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4416/1/MD_EDUMTE_2014_2_66.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

CALDAS, Wagner Kirme. As práticas pedagógicas adaptadas para o aluno surdo na disciplina lógica de programação do curso técnico em informática do cefetes – serra/es. In: XVIII ENDIPE - Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira, 2016, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Cuiabá: UFMG – MT. Disponível em: <http://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10828_37706.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. **Coleção UAB–UFSCar**, p. 27, 2011. Disponível em: <https://ceiq4.webnode.com/_files/200001670-19cee1ac87/2.pdf#page=28>. Acesso em: 02 de set. de 2018.

CARVALHO, Ananda dos Santos. **Educação Inclusiva: Práticas docentes frente a educação auditiva**. 2017. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017. Disponível em:

<<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/16493/1/ANANDA%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

CRUZ, Alessandra Danielly; SILVA, Ana Regina Carinhonha da; BRANDÃO, Thamirys Arielly; BARROSO, Naedja Pereira; NÓBREGA, Joanacele Gorgonho Ribeiro. A deficiência auditiva no contexto da inclusão escolar e o acolhimento a diversidade. In: II CINTEDI – II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2016, Campina Grande – PB. **Anais eletrônicos...** Centro de convenções Raymundo Asfora, Campina Grande – PB. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD4_SA7_ID2448_13102016165239.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Góes, A. M., Lodi, A. C. B., Kotaki, C. S., de Lacerda, C. B. F., Caetano, J. F., Harrison, K. M. P., ... & Campos, M. D. L. I. L. Coleção UAB– UFSCar. Disponível em: <https://ceiq4.webnode.com/_files/200001670-19cee1ac87/2.pdf#page=28>. Acesso em: 01 set. 2018.

LINO, Carla Cristine Tescaro Santos. **A formação de professores e dificuldades acadêmicas: inclusão de alunos surdos em escola estadual**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Metodologias Para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/833/1/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20e%20dificuldades%20acad%C3%AAmicas%20Inclus%C3%A3o%20de%20alunos%20surdos%20em%20escola%20estadual.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MACHADO, Raquel Brusco. **Ensino de química: a inclusão de discentes surdos e os aspectos do processo de ensino-aprendizagem**. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143376/000996881.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARQUETI, Adriana Rocha Rodrigues. **A inclusão do deficiente auditivo na educação infantil: a atuação do professor**. 2013. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins-sp, 2013. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56027.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MICHELS, Susana; WELTER, Maria Preis. Inclusão de alunos com deficiência auditiva em escolas de ensino regular. In: 5º SEMIC - Seminário de Iniciação Científica do curso de Pedagogia, 2014 **Anais eletrônicos...** ISSN 2359-554X. Disponível: <<http://faifaculdades.edu.br/eventos/SEMIC/2014/5SEMIC/#realiza>>. Acesso em: 01 set. 2018.

MILLER, Junior Ademar. **A inclusão do aluno surdo no ensino médio**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2399/1/tese_7273_Dissertacao.AdemarMiller.FINAL.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

MUTTAO, Melaine Duarte Ribeiro; LODI, Ana Claudia Balieiro. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. spe, p. 49-56, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400049&lng=pt&tlng=pt>. acesso em: 08 set. 2018. Versão on-line ISSN 2175-3539. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/044>.

NOBRE JÚNIOR, Rômulo Ramos. **Processos de inclusão: uma análise do percurso formativo de alunos surdos do IFB Campus Gama**: Escola Superior de Educação de Santarém. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, Escola Superior de Educação de Santarém, Portugal, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/1633/1/Processos%20de%20inclus%C3%A3o%20alunos%20surdos%20-%20Tese%20Romulo%20Nobre.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

POZZER, Angélica. **A inclusão de alunos surdos em escola regular e os desafios para a formação de professores**. 2015. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-Uri, Frederico Westphalen, 2015. Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/dissertacao/dis-94.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. Grupo Editorial Summus, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=livros+sobre+origem+da++educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&ots=H_lbjlEtdz&sig=qBg2uXHcA8JXn1CYdm1EgSmCwZc>. Acesso em: 01 de set. de 2018.

SOARES, Rúbem da Silva. **Educação Bilingue de surdos: desafios para a formação de professores**. 2013. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27062013-152059/en.php>>. Acesso em: 16 set. 2018.